

PROGRAMA LARES HABITAÇÃO POPULAR: TRANSFORMAÇÕES NA VIDA DAS MULHERES BENEFICIADAS ¹

PROGRAM LARES HOUSING POPULAR: CHANGES IN THE LIFE OF WOMEN BENEFITED

Myriam Marta Soares de Mello²
Suely de Fátima Ramos Silveira³
Marco Aurélio Marques Ferreira⁴

1. RESUMO

Neste artigo, analisou-se o Programa Lares – Habitação Popular (PLHP), programa estadual para redução do déficit habitacional, o qual contribui para o empoderamento feminino, no caso das mulheres beneficiadas na Zona da Mata mineira. Embora não seja um programa direcionado para as mulheres, aquelas que são chefes de família têm prioridade para o recebimento da casa. Nesta análise foram entrevistadas 236 beneficiárias do PLHP em 17 municípios, utilizando-se a Estatística Descritiva e o teste de confiabilidade Alfa de Cronbach, para validação do constructo Empoderamento. Com o intuito de verificar se existe diferença entre o nível médio de empoderamento do grupo de mulheres mutuárias e o de beneficiárias, foi realizado o teste não paramétrico U de Mann-Whitney, para amostras independentes. Os resultados indicaram que o empoderamento das mulheres em seu sentido transformador foi expressivo, podendo-se sugerir que o PLHP, ao proporcionar condição de moradia digna, contribui para o processo de empoderamento feminino.

¹ Artigo proveniente da monografia de Myriam Marta Soares de Mello no curso Ciências Contábeis.

² Graduada (2014) em Contabilidade pela Universidade Federal de Viçosa e mestranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: myriam.mello25@gmail.com

³ Graduada (1984) em Ciências Econômicas, Mestre (1993) em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Doutora (2000) em Economia Aplicada pela ESALq/Universidade de São Paulo, Bolsista Produtividade do CNPq e Diretora do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPSD), é Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: sramos@ufv.br

⁴ Graduado (2000) em Administração, Doutor (2005) em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa e Pós-Doutor (2011) em Administração Pública na Rutgers University-The State University of New Jersey, USA, é Bolsista Produtividade do CNPq e membro da Câmara CSA de Assessoramento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), MG, Brasil. E-mail: marcoufv1@gmail.com

Palavras-chave: Empoderamento Feminino. Política Habitacional. Política Pública.

2. ABSTRACT

The article analyzed the Lares Popular Housing Program (PLHP) state program to reduce the deficit Housing contributes to female empowerment for women benefited in the mining Forest Zone. Although this is not a targeted program for women, those who are heads of households have priority for receiving the house. For the analysis were interviewed 236 beneficiaries of PLHP in 17 municipalities. We used the descriptive statistics and Cronbach's alpha reliability test for Empowerment construct validation. In order to check whether there is difference between the average level of empowerment of women borrowers and the group of beneficiaries was performed nonparametric test Mann-Whitney test for independent samples. The results show that women's empowerment in its transforming effect was significant and may suggest that the PLHP by providing decent housing condition, contributes to women's empowerment process.

Keywords: Women's Empowerment. Housing Policy. Public Policy.

3. INTRODUÇÃO

Assim como a saúde e a educação, a habitação é essencial para a qualidade de vida e condição primeira para que esses e outros direitos sejam concretizados. Possuir um imóvel regularizado e confortável influencia diretamente na autoestima, autonomia e segurança da família.

Apesar dessa importância, a falta de habitação tem-se tornado um problema cada vez mais frequente no Brasil. Segundo estudo da Fundação João Pinheiro em parceria com o Ministério das Cidades, o Brasil possui um déficit habitacional⁵ de 5,8 milhões de moradias. Em Minas Gerais, esse déficit corresponde a 510 mil moradias,

⁵ Por Déficit Habitacional (DH) entende-se a noção mais imediata e intuitiva da necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento (FJP, 2014). Convém evidenciar que Minas Gerais possui, entre os demais Estados da nação, o segundo maior número de famílias nessa condição.

destacando-se que 92,5% é composto por famílias com renda mensal de até três salários mínimos (FJP, 2014).

Para enfrentar esse problema, o governo do Estado de Minas Gerais elaborou, em 2005, o Programa Lares – Habitação Popular (PLHP), que desde então constitui o principal programa de provimento de moradias destinadas a famílias com renda de um a três salários mínimos mensais no Estado (COHAB, 2015).

O PLHP não é um programa elaborado diretamente para o público feminino, contudo prioriza mulheres chefes de família para o recebimento da casa. Tal fato pode ser confirmado pela crescente participação feminina nos resultados do PLHP e programas parceiros. Nos conjuntos habitacionais concluídos até 2013, cerca de 50% das unidades já entregues ou comercializadas possuem as mulheres como titulares das unidades habitacionais, sendo o número de beneficiadas proporcionalmente maior nas regiões menos favorecidas do Estado, como é o caso das regiões Norte (61,9%) e Jequitinhonha/Mucuri (54,7%) (COHAB, 2015).

Assim, diante de tal cenário, este artigo, a partir de estudos sobre os efeitos deste programa na vida de seus beneficiários, levanta o seguinte questionamento: o Programa Lares – Habitação Popular, ao proporcionar o acesso das mulheres à casa própria, contribui para o empoderamento feminino no caso das mulheres beneficiadas em Minas Gerais?

De modo a responder ao questionamento, este estudo tem por objetivo analisar se o PLHP contribui para o empoderamento feminino e suas dimensões no caso das mulheres entrevistadas que foram beneficiadas pelo Programa. O estudo consistiu, ainda, em comparar o nível médio de empoderamento do grupo de mulheres mutuárias-beneficiárias (aquelas que assinaram o contrato com a COHAB-MG⁶ e tem a titularidade da casa) com o grupo das beneficiárias (aquelas mulheres que apenas moram na casa, mas não têm a titularidade) e verificar se há diferença no nível de empoderamento alcançado pelas mulheres desses dois grupos.

Assume-se a hipótese de que a posse da casa nova é capaz de aumentar a capacidade de a mulher decidir sobre a sua própria vida e a da sua família, o que lhe conferindo mais autonomia e confiança para tomar decisões no dia a dia e contribui para o processo de empoderamento feminino. Tal processo é importante à medida que

⁶COHAB __ Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais.

capacita a mulher para lutar pela igualdade de gênero, pela visibilidade do seu trabalho e pelo livre exercício de seus direitos enquanto cidadã, tendo as políticas públicas a função de ampliar os espaços de cidadania, através da extensão de direitos a todos os segmentos da população.

Nesse sentido, este artigo visa contribuir para a discussão sobre a importância de programas sociais como promotores de desenvolvimento em várias dimensões, além do provimento da moradia, como o empoderamento das beneficiárias e outras formas de incentivo ou desenvolvimento de capacidades para superação da situação de pobreza.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1. Política Pública e Política Habitacional

As políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões (SECCHI, 2010). Segundo Dye (2008, p. 1), política pública é aquilo que os governantes decidem fazer ou não fazer. Dessa forma, Gomes (1996) definiu política pública como a ação do Estado, intervindo na sociedade a partir de uma demanda identificada ou, ainda, como resposta a demandas sociais. E essa resposta deve ter continuidade planejada.

De modo complementar, a definição de James Anderson, citada por Smith e Larimer (2009, p. 34), apresenta a política como um curso de ação ou inação empreendida por um ator ou conjunto de atores em negociação a respeito de um problema ou matéria de interesse. Segundo Smith e Larimer (2009), essa definição implica distinguir um conjunto de características para política pública. Como a política é intencional e orientada por objetivos, ela é elaborada pelas autoridades públicas, possui padrão de ações tomadas ao longo do tempo e, é um produto de demanda e um curso de ação dirigido pelo governo em resposta a um problema identificado. As políticas públicas podem, ainda, ser positivas (uma ação com fim determinado) ou negativas (a decisão da não ação).

No Brasil, as políticas públicas de proteção social, entre elas as habitacionais, surgiram com o presidente Gaspar Dutra em 1946, ano em que foi criada a Fundação da

Casa Popular (FCP), considerado o primeiro órgão em nível nacional destinado à provisão de moradias às populações de baixo poder aquisitivo (Cintra, 1982 citado por AZEVEDO; ANDRADE, 2011).

No entanto, a Fundação da Casa Popular não foi capaz de atender à demanda por habitação, e, em 1950, estimava-se a necessidade de 3,6 milhões de novas moradias. Ineficaz para promover as mudanças necessárias, a Fundação da Casa Popular foi substituída pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), instituído como órgão central dos Sistemas Financeiros de Habitação e Saneamento, para promover a construção e aquisição da casa própria, principalmente para as famílias de baixa renda (DRUMOND, 2014).

De acordo com Azevedo e Andrade (2011), a política habitacional do Brasil no período do BNH alcançou número significativo de moradias financiadas e construídas, visto que, entre 1964 e 1980, foram edificadas mais de dois milhões de moradias. Contudo, com a crise do Sistema Financeiro de Habitação em 1980 e após a extinção do BNH em 1986, suas atribuições são transferidas para a Caixa Econômica Federal (CEF), vinculada ao Ministério da Fazenda. Desde então, importantes programas foram criados no governo de Itamar Franco, como os Programas Habitar-Brasil e Morar Município, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU); e o Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) (DRUMOND, 2014).

Mais recentemente, destacam-se na política habitacional as reestruturações como a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001; a criação do Ministério das Cidades em 2003, seguida da aprovação da Política Nacional de Habitação em 2004; a constituição do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), com o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) em 2005; o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) em 2009; e, mais recentemente, o lançamento do programa “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV), além da ampliação dos financiamentos habitacionais (MARICATO, 2003; KLINTOWITZ, 2011; SOARES et al., 2013; DRUMOND et al., 2014).

No que se refere à política habitacional em Minas Gerais, o governo estadual elaborou, em 2003, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), que consiste no plano estratégico de longo prazo para as ações do Estado, tendo como visão

Tornar Minas Gerais o Melhor Estado para se Viver, mediante a melhoria contínua no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Para o alcance dos resultados almejados, foram criados Projetos Estruturadores intitulados “GERAES” – Gestão Estratégica dos Recursos e Ações do Estado. Nesse contexto, foi instituído em 2003, pelo Governo de Minas Gerais, o Projeto Estruturador “Lares Geraes”, que tem como objetivos reduzir o déficit habitacional e possibilitar condições de acesso a moradias para famílias de baixa renda ou moradores em habitações precárias (MINAS GERAIS, 2007).

Para desempenhar essas ações de forma efetiva, o Programa Lares Geraes foi subdividido em dois: o Programa Lares Segurança Pública (PLSP) e o Programa Lares Habitação Popular (PLHP). O Programa Lares Segurança Pública objetiva propiciar acesso à moradia a policiais civis, policiais militares e agentes de segurança penitenciários. Já o Programa Lares Habitação Popular destina-se à construção de conjuntos habitacionais para famílias com renda entre um e três salários mínimos (MINAS GERAIS, 2007).

Nesse sentido, o objeto de estudo deste artigo (o PLHP) foi criado pelo Decreto nº 44.168, de 6 de dezembro de 2005, tendo como objetivos: (i) reduzir o déficit habitacional prioritariamente em área urbana; (ii) priorizar regiões e municípios de maior concentração de déficit habitacional; (iii) promover habitação de qualidade dentro da malha urbana, em terrenos dotados de equipamentos e serviços públicos; (iv) apoiar a remoção de população de áreas de risco e a recuperação ambiental dessas áreas; e (v) reduzir o custo de aquisição da moradia, para permitir o acesso a famílias pobres. Ressalta-se que, desde a sua criação, foram entregues 38.999 unidades habitacionais em municípios de todas as regiões mineiras (COHAB, 2015).

Os critérios de seleção de famílias candidatas à aquisição da casa própria desenvolvidos pela COHAB-MG para aplicação pelas prefeituras conveniadas são que: (i) essas famílias deverão residir no município conveniado há um ano ou mais; (ii) não tenham restrição cadastral no SPC, SERASA e CADMUT; (iii) tenham renda compatível com o valor do imóvel, no caso de financiamento; (iv) estejam devidamente inscritas e cadastradas na sua prefeitura; (v) não sejam promitentes compradoras de imóvel residencial através do sistema financeiro de habitação em qualquer município do

país ou proprietárias de imóvel residencial no município onde vão concorrer a uma casa do PLHP; (vi) o prazo de financiamento mais a idade da mulher da família candidata não ultrapassem 80 anos e seis meses; e (vii) as mulheres arrimo de família terão prioridade no recebimento do imóvel.

4.2. Empoderamento Feminino

Empoderamento é uma noção conceitual em construção e pode ser compreendido como um processo social, cultural e psicológico ou político, através do qual indivíduos se tornam capazes de expressar suas necessidades, explicitar suas preocupações, perceber estratégias de envolvimento na tomada de decisões e atuar política, social e culturalmente para satisfazer suas necessidades (OMS, 1998).

Friedmann (1996, p. 50) afirmou que o empoderamento pode ser considerado “todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania”. Esse autor sugeriu três dimensões do empoderamento: o social, o político e o psicológico. O social refere-se ao acesso a certas “bases” de produção doméstica, como informação, conhecimento, técnicas e recursos financeiros. Prevê o acesso às instituições e serviços e a capacidade de influência sobre o público. O empoderamento político diz respeito ao processo pelo qual são tomadas as decisões; não é apenas o poder de votar, é o poder da voz e da ação coletiva que importa. Significa maior participação no âmbito político, inclusive o acesso a ocupar cargos de direção. E o empoderamento psicológico, que se refere à autopercepção que as pessoas têm sobre si mesmas, que visa melhorar a autoestima e confiança, que são capazes de mudar a realidade que as cerca, decorre da consciência individual de força (FRIEDMANN, 1996).

Assim, a abordagem do empoderamento implica desenvolvimento de capacidades das pessoas pobres e excluídas socialmente para superar as principais fontes de privação de liberdades (ROMANO, 2002). Percebe-se ainda que o termo empoderamento chama a atenção para a palavra “poder”, que, segundo a noção dada por Foucault (1992), só pode funcionar em rede, e os indivíduos, ao mesmo tempo que o exercem, sofrem suas consequências.

Se para Foucault (1992) o poder é relacional, para Kabeer (2005) e Romano (2002) a detenção do poder significa liberdade de escolha, de ir e vir, e o empoderamento como detenção de poder se traduz em possibilidades de fazer escolhas, ou seja, implica oportunidade de as mulheres tomarem decisões, ampliando o controle sobre sua própria vida. Tal interpretação está de acordo com as análises de Sen (2000) a respeito do papel de agente das mulheres e sobre o conceito de liberdade como poder de escolha entre os vários modos de vida. Tal fato permite o acesso à política, ao comércio, à produção, à saúde e à educação e possibilita obter autonomia e felicidade, sendo esse processo importante e poderá contribuir para o desenvolvimento do país.

Zorzi (2008) identificou quatro perspectivas relacionadas ao termo empoderamento: (i) processo capaz de promover cidadania e engajamento político; (ii) que pode levar à superação das desigualdades econômicas, políticas e sociais, promovendo a superação da pobreza e de outras privações; (iii) empoderamento como processo alternativo de desenvolvimento; e (iv) empoderamento como processo de transformação das relações de gênero.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1. Caracterização da pesquisa

Este estudo tem natureza quantitativa, uma vez que é caracterizado pelo emprego de quantificação nos dados coletados e no tratamento deles, por meio de técnicas estatísticas. Quanto aos fins, trata-se de um estudo descritivo, pois a proposta foi aquela que se ateve a observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis) em busca de conhecer as situações e relações que ocorrem na vida social, política e econômica e demais aspectos do comportamento humano (CERVO; BERVIAN, 2006), no caso o nível de empoderamento de mulheres contempladas pelo PLHP.

5.2. Local e sujeitos da pesquisa

O alvo do estudo é o Programa Lares – Habitação Popular implementado por meio da COHAB-MG. Para pesquisa empírica foram selecionadas 17 cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, e essa escolha foi devida ao fato de serem essas cidades receptoras de 80% dos recursos do PLHP no período de 2005-2013.

Vale ressaltar que este trabalho é parte de uma pesquisa maior, em que se objetivou avaliar o PLHP com base na percepção de seus beneficiários nos 17 municípios selecionados. Tendo uma população de 38.999 famílias beneficiadas pelo Programa e adotando um nível de confiança de 1,96 (95%), erro amostral de 5,25%, obteve-se uma amostra total de 347 indivíduos. Desses, 236 eram mulheres, sendo esse o número de beneficiárias do PLHP consideradas neste estudo.

Os questionários foram, então, aplicados em 17 municípios que receberam investimentos do PLHP, localizados na Região Administrativa Zona da Mata do Estado de Minas Gerais (Tabela 1).

Tabela 1 - Municípios da Região Administrativa Zona da Mata do Estado de Minas Gerais

Município	População	PIB per capita (R\$)	IDHM
1 – Dom Silvério	5.193	11.865,47	0,709
2 – São Pedro dos Ferros	8.353	12.554,32	0,659
3 – Caputira	9.033	6.678,72	0,615
4 – Coimbra	7.054	9.260,28	0,669
5 – Visconde do Rio Branco	37.952	22.657,89	0,709
6 – Ubá	101.466	21.342,14	0,724
7 – Rodeiro	6.863	40.241,49	0,668
8 – Cataguases	69.810	17.337,28	0,751
9 – Recreio	10.301	7.010,51	0,692
10 – Volta Grande	5.063	15.486,51	0,669
11 – Leopoldina	51.136	15.358,40	0,726
12 – Argirita	2.901	8.040,52	0,643
13 – Maripá de Minas	2.788	14.760,40	0,680
14 – Rochedo de Minas	2.116	10.131,57	0,684
15 – São João Nepomuceno	25.062	11.532,01	0,708
16 – Aracitaba	2.057	8.351,99	0,661
17 – Oliveira Fortes	2.182	10.278,26	0,635

Fonte: IBGE, 2016.

5.3. Coleta de Dados

Procurando medir um conceito abstrato, o empoderamento, adotou-se para a coleta de dados um questionário baseado na escala tipo Likert. Essa escala é usada para medir a concordância de pessoas a determinadas afirmações relacionadas a constructos de interesse (SILVA JUNIOR; COSTA, 2014). Os dados coletados caracterizam-se como primários, sendo o questionário composto por duas partes. Num primeiro momento, buscou traçar o perfil das entrevistadas e, posteriormente, apresentar questões associadas ao conceito de empoderamento.

A descrição de cada dimensão do empoderamento encontra-se no Quadro 1.

Quadro 1 - Dimensões do empoderamento

Dimensão	Descrição
Social	Refere-se ao acesso a certas “bases” de produção doméstica, como informação, conhecimento e técnicas e recursos financeiros. Prevê o acesso às instituições e serviços. Representado no trabalho por questões que versam sobre independência financeira, responsabilidade com a família, acesso a médicos, assistência à saúde e oportunidade de estudo.
Política	Está relacionado ao processo de tomada de decisão, ao poder de votar e maior participação no âmbito político e ao acesso a ocupar cargos de direção. Foi representado pela questão sobre maior participação na comunidade após o recebimento do benefício.
Psicológica	Diz respeito à autoestima, e autopercepção foi identificada nas questões sobre autonomia e confiança para tomar decisões, autoestima, respeito na família e valorização na sociedade.

Fonte: Elaboração própria, baseada em FRIEDMANN, 1996.

Destaca-se que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, não tendo sido divulgados os nomes das pessoas participantes, a fim de resguardar suas identidades.

5.4. Análise dos Dados

Segundo Martins (2006) e Cooper e Schindler (2003), um constructo pode ser definido como variável, ou conjunto de variáveis, que busca explicar algum fenômeno, em que se ressalta a necessidade de fundamentação teórica e de técnicas para coleta de dados que propiciem a sua elaboração.

Neste estudo, para verificar a confiabilidade do constructo empoderamento, utilizou-se a técnica do Alfa de *Cronbach*. Para Churchill Jr. (1979), a primeira medida para avaliar a qualidade de um constructo deve ser o coeficiente alfa, em que o modelo de consistência interna da correlação das variáveis não permite que o alfa assumira valor negativo. Para análise dessa consistência, é preciso conhecer a média, o desvio-padrão e a correlação dos itens, e o efeito que cada item produz na média, na variância e no Alfa de *Cronbach* do fator (LEROY et al., 2011).

A validação de um constructo, conforme Kerlinger (1973), possui sentido mais amplo e profundo, objetivando a validação da teoria na qual foi fundamentada a elaboração do instrumento. Ressalta-se novamente aqui a importância da fundamentação teórica robusta para seleção das variáveis a serem utilizadas.

Um estudo que utilizou tal técnica foi o de Leroy et al. (2011), ao analisarem a percepção das mulheres beneficiárias pelo programa Bolsa Família em Minas Gerais, em que buscaram verificar a confiabilidade das variáveis que escolheram para explicar os constructos: Mobilidade Social e Empoderamento. Esses autores entrevistaram 255 mulheres beneficiárias do programa utilizando um questionário com questões que buscaram identificar as mudanças ocorridas nas atitudes das mulheres beneficiadas. Como resultado, constatou-se que o Bolsa Família empodera as mulheres e aumenta a propensão delas à mobilidade social.

Outro estudo que se valeu da técnica de validação é o de Fernandes et al. (2010), que analisaram o Programa Carta de Crédito no município de Cajuri, localizado na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. Como método para validar o grau de satisfação das famílias beneficiadas pelo Programa Carta de Crédito, utilizou-se também a técnica do alfa de *Cronbach*. Os resultados da pesquisa permitiram concluir que as variáveis utilizadas versam sobre o conceito “Satisfação das famílias”, visto ser o alfa um valor considerado bom.

Nesse entendimento, para formação do constructo, este artigo fundamentou-se nas variáveis que, em conjunto, indicam o constructo empoderamento, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Dimensões do Constructo "Empoderamento"

Dimensão	Variável	Questão
Social	Independência financeira	Após o recebimento do imóvel, você teve mais independência financeira.
	Responsabilidades	Com a casa nova, minhas responsabilidades com a família aumentaram.
	Acesso a médicos	Após o recebimento da minha casa, minha família passou a ter mais acesso a médicos e assistência à saúde.
	Oportunidades de capacitação	Minha família teve mais oportunidade de estudar e fazer cursos de capacitação.
Política	Participação na comunidade	Com o recebimento da minha casa, aumentou a minha participação na comunidade.
Psicológica	Valorização na sociedade	Com a posse da casa, passei a me sentir valorizada na sociedade.
	Autonomia e confiança	Possuo mais autonomia e confiança para decidir sobre minha própria vida e da minha família.
	Autoestima	Possuir uma casa própria melhorou minha autoestima.
	Respeito na família	Com recebimento da minha casa, aumentou o respeito da minha família em relação a mim.

Fonte: Elaboração própria, baseada em KABEER, 2005; LEROY et al., 2011; RODRIGUES et al., 2014.

Após a formação do constructo, procedeu-se à análise do nível de empoderamento feminino. Cada entrevistada atribuiu avaliações às respectivas variáveis de cada dimensão. Tais valores foram somados, apurando-se a média dos escores de cada uma de suas variáveis, com a obtenção, assim, da soma da avaliação caso a caso para as dimensões e, posteriormente, para o constructo Empoderamento. Tal abordagem, conhecida como Escala Somada, tem como vantagens “facilitar a comparação dos grupos e compreensão de suas diferenças, visto que, dessa forma, várias afirmações são somadas para formar um escore total para um constructo” (HAIR et al., 2009).

Valendo-se da escala de pontuação (de 1 a 5), três faixas de pontos foram definidas: pontuações médias entre 1 e 2,49 para baixo nível de empoderamento, pontuações médias entre 2,5 e 3,99 para nível médio e pontuações médias superiores ou iguais a 4 para alto nível de empoderamento. Os limites para tal classificação representam a média e mais um e menos um desvio-padrão. Essa estratégia corrobora aquela adotada por Ferreira et al. (2008) e Ferreira e Braga (2007).

Para realização desta análise, dois grupos foram formados, sendo eles: mulheres beneficiárias e mulheres mutuárias-beneficiárias. Mulheres beneficiadas são aquelas que receberam o benefício, mas não assinaram o contrato com a COHAB-MG, ou seja, não são mutuárias; e mulheres mutuárias-beneficiárias são aquelas que assinaram contrato

com a COHAB-MG, ou seja, a casa está no nome delas, sendo elas as responsáveis pelo pagamento do financiamento do imóvel.

Na análise dos dois grupos, fez-se, inicialmente, uso do teste de *Kolmogorov-Smirnov* (K-S), para testar a aderência à normalidade da distribuição das variáveis. O teste K-S serve para analisar o ajustamento ou a aderência à normalidade da distribuição de uma variável de nível ordinal ou superior, através da comparação das frequências relativas acumuladas observadas com as frequências relativas acumuladas esperadas (PESTANA; GAGEIRO, 2008). Em estudo realizado por Moreira et al. (2015), em que se buscou avaliar o programa Minha Casa Minha Vida/FAR na percepção dos seus beneficiários no município de Viçosa, MG, fez-se uso dos testes de média *Kolmogorov-Smirnov* (K-S) e do teste *t* de *Student*, com o objetivo de avaliar as diferenças entre a média das pontuações atribuídas pelos entrevistados a cada variável.

Após verificar o pressuposto da não normalidade da distribuição, optou-se por aplicar, com o intuito de verificar ou não a igualdade dos grupos, o teste não paramétrico U de *Mann-Whitney* para amostras independentes. A técnica estatística de *Mann-Whitney* “é o teste não paramétrico adequado para comparar as funções de distribuição de uma variável pelo menos ordinal, medida em duas amostras independentes” (MAROCO, 2007).

Nabatchi (2007) também realizou o teste de média em seu trabalho intitulado *Deliberative Democracy: the effects of participation on political efficacy*, utilizando-o para comparar a média de amostras independentes, tentando averiguar as diferenças entre dois grupos distintos de participação política.

Foi realizado, então, um teste com nível de significância $\alpha = 0,05$, tendo sido adotadas as seguintes hipóteses estatísticas:

H₀: os dois grupos de mulheres possuem níveis médios de empoderamento iguais.

H₁: os dois grupos de mulheres possuem níveis médios de empoderamento distintos.

A decisão de rejeição ou não das hipóteses testadas foi tomada com base no *p valor*, que indica a probabilidade estimada de rejeição da hipótese nula. Como se admitiu, um nível de significância de 0,05, para qualquer *p valor* abaixo desse, rejeita-se H₀.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mulheres entrevistadas têm, em média, 43 anos, sendo casadas (28,5%), solteiras (24,5%), em união estável (18%), separadas (6,5%) e viúvas (11%); 11,5% não souberam responder ou não responderam. O rendimento mensal médio do grupo familiar é de R\$909,89. Destaca-se que 48,4% das entrevistadas não completaram o 1º grau, 1,7% disse nunca ter frequentado escola e 5,5% são analfabetas. Os que completaram determinado ciclo de estudo corresponderam a 4% dos que concluíram o 1º grau, 17,30% dos que concluíram o 2º grau e apenas 2,9% dos que concluíram o 3º grau.

6.1. Análise das Dimensões do Empoderamento

Cada dimensão estudada é composta por uma ou mais variáveis. Realizou-se a análise detalhada de cada dimensão (psicológica, social e política), e os resultados foram organizados de acordo com cada variável.

6.1.1. Dimensão Psicológica

O poder psicológico decorre da consciência individual de força e manifesta-se na autoconfiança. É o mesmo que poder pessoal, pois o que importa é o incremento da capacidade das mulheres de avançar na conquista da autonomia e consequente emancipação (FRIEDMANN, 1996).

Pelos resultados da Tabela 2, é possível perceber que todas as variáveis da dimensão psicológica obtiveram médias acima de quatro pontos. O destaque dessa dimensão foi para a variável *Autoestima*, que obteve a média de 4,68 pontos. Tal resultado permite inferir que a casa própria melhora a avaliação que a mulher faz de si própria, uma vez que passou a se sentir mais valorizada, tornando-se mais confiante. Média alta obteve também a variável *Autonomia* (4,62 pontos), indicando que é somado ao sentimento de valorização o de independência e satisfação. Possuir um imóvel próprio capaz de proporcionar aos seus familiares abrigo contra intempéries e segurança

potencializa o fato de que as mulheres adquirem mais confiança, o que reflete em melhorias em suas vidas. Pode-se depreender, a partir desses resultados, que sob a perspectiva psicológica o resultado do PLHP, segundo as entrevistadas, contribui positivamente para o empoderamento dessas mulheres.

Tabela 2 - Variáveis da Dimensão Psicológica

Variável	Número ¹	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão	Média
Autoestima	235	1	5	0,765	4,68
Autonomia	232	1	5	0,763	4,62
Respeito na família	234	1	5	1,010	4,22
Valorização na sociedade	233	1	5	1,094	4,19

¹Número de respostas válidas.

Fonte: Resultados da pesquisa.

6.1.2. Dimensão Social

Conforme apresentado na Tabela 3, as médias das variáveis da dimensão social foram superiores a três pontos. Chama-se a atenção para a variável *Independência financeira*, que apresentou a maior média da dimensão, sugerindo que, embora as mulheres tenham parte da renda comprometida com as prestações da casa própria (até 20% da renda), elas consideram que possuem independência financeira, variável importante para o empoderamento feminino, uma vez que a renda é fundamental para a autonomia da mulher.

Nessa análise e conforme conceito tratado por Kabeer (2005), ao adquirirem independência financeira, oportunidades de estudo e curso de capacitação, as mulheres passam a deter mais poder de escolha sobre os rumos de sua vida e o da sua família, o que as capacita para desafiar as relações de poder vigente.

Tabela 3 - Variáveis da Dimensão Social

Variável	Número ¹	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão	Média
Independência financeira	234	1	5	1,227	4,34
Responsabilidades com a família	233	1	5	0,994	4,28
Acesso a médico e assistência à saúde	234	1	5	1,202	3,51
Oportunidade de estudo e curso de capacitação	232	1	5	1,262	3,47

¹Número de respostas válidas.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Outra variável de destaque é a *Responsabilidade com a família*, que obteve média de 4,28 pontos, indicando que as mulheres associam o recebimento da casa ao aumento das responsabilidades, uma vez que há o compromisso de pagar as prestações em dia, manter a integridade do patrimônio e honrar com as despesas inerentes às necessidades familiares.

Observa-se que as variáveis *Acesso a médico, assistência à saúde e Oportunidade de estudo e curso de capacitação* obtiveram médias abaixo de quatro pontos, comparadas às demais. Esse resultado leva à reflexão sobre a necessidade de outras ações complementares à intervenção habitacional, pois se a aquisição da casa própria exerce efeito positivo sobre as mulheres beneficiárias, a conscientização sobre a importância e o acesso à educação e à saúde ainda carece de maiores esforços.

6.1.3. Dimensão Política

O empoderamento político, de acordo com Friedmann (1996), significa maior participação no âmbito político, inclusive acesso a cargos de direção, e pode ter como variável o aumento da participação na comunidade.

Considerando as informações da Tabela 4, nota-se que a variável *participação na comunidade* obteve média de 3,76 pontos.

Tabela 4 - Variável da Dimensão Política

Variável	Número¹	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão	Média
Participação na comunidade	233	1	5	1,103	3,76

¹Número de respostas válidas.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tal resultado indica a adesão das mulheres às questões de decisão política por meio da participação comunitária, mesmo que ainda se situe em uma faixa intermediária, o que pode ser considerado positivo, uma vez que a atuação “política” da mulher contribui para a ampliação e consolidação de direitos na comunidade/sociedade.

6.2. Constructo Empoderamento

Após a análise de cada dimensão, optou-se por formar o construto Empoderamento. Para tanto, fez-se uso da técnica do Alfa de *Cronbach*, que varia de 0 a 1. Os pesquisadores normalmente consideram alfa < 0,6 = baixo, de 0,6 a 0,7 = moderado, de 0,7 a 0,8 = bom, de 0,8 a 0,9 = muito bom e alfa > 0,9 = excelente (BISQUERRA et al., 2004).

O constructo “Empoderamento” obteve valor de $\alpha = 0,712$, o que indica que ele é relevante e, entre os escores, é razoável e contém variáveis que versam sobre a influência do PLHP no empoderamento das mulheres.

O constructo foi validado partindo do pressuposto de que o PLHP empodera psicológica, social e politicamente as mulheres, uma vez que a posse da casa proporciona a elas mais autonomia e confiança para decidir sobre suas vidas.

6.3. Os Níveis de Empoderamento

Realizada a validação do constructo empoderamento, procederam-se à soma do escore total do constructo e à separação das beneficiárias em dois grupos: (i) mulheres beneficiárias e (ii) mulheres mutuárias-beneficiárias.

Confirmado o pressuposto da não normalidade da distribuição das variáveis pela aplicação do teste K-S, realizou-se o teste não paramétrico U de *Mann-Whitney*, a partir do qual foi possível verificar que, estatisticamente, não há diferença entre as médias dos grupos, pois o *p valor* = 0,829. Portanto, estatisticamente não há diferenças entre os níveis médios de empoderamento dos dois grupos de mulheres entrevistadas. Assim, se o PLHP empodera ou não as mulheres, ele deve ser analisado sobre o grupo total de entrevistadas, ou seja, o das beneficiárias e o das mutuárias-beneficiárias.

Os resultados dos níveis de empoderamento constam na Tabela 5. Nota-se, nessa tabela, que 98,3% das mulheres entrevistadas estiveram entre os níveis médio e alto de empoderamento, com destaque para o nível alto, que agrupou 64,4% das mulheres.

Tais resultados assinalam que o PLHP pode ser considerado como agente de mudança na vida das mulheres, atuando como catalisadores externos do processo, e a

velocidade dependerá da rapidez com que as mulheres se transformam (ROMANO, 2002).

No outro extremo, encontram-se as mulheres com baixo nível de empoderamento, considerando as variáveis estudadas, que correspondem a, apenas, 1,7% do total dos sujeitos da pesquisa. Tal fato pode ser analisado no contexto em que vivem essas mulheres e nas condições sociais e econômicas dos municípios onde foram realizadas as entrevistas.

Tabela 5 - Níveis de Empoderamento

Nível	Intervalo	Número ¹	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão	Participação
Baixo	≥ 1 e $\leq 2,49$	04	2	2,29	0,1553	1,70%
Médio	$\geq 2,5$ e $\leq 3,99$	80	2,5	3,8	0,3548	33,9%
Alto	≥ 4	152	4	5	0,3173	64,4%

¹Número de mulheres nessa faixa de empoderamento.

Fonte: Resultados da pesquisa.

A partir dos resultados, é possível sugerir que está em processo o empoderamento das beneficiárias (tanto as mutuárias quanto as beneficiárias), no sentido de adquirir poder sobre decisões fundamentais de suas vidas, de seus filhos, família e comunidade. A casa própria constitui, pois, importante fator para a segurança da mulher e, portanto, para o seu empoderamento.

Ainda pela análise dos dados empíricos, foi possível perceber que o PLHP, de acordo com que explanou Sen (2000), é um agente externo da mudança que pode ser considerado um catalisador capaz de proporcionar o processo de empoderamento.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada permite visualizar que o processo de empoderamento feminino, além de envolver acréscimo de poder, envolve o comportamento proativo com mudanças pessoais e sociais, assumindo o controle sobre a própria vida, tendo a função de dar às mulheres a opção de escolha sobre os caminhos a serem seguidos.

Nessa linha de raciocínio, é importante compreender o papel dos programas públicos como promotores de desenvolvimento em todas as suas dimensões: econômica, social e política. Dessa forma, o empoderamento, ao preconizar o protagonismo sobre a

própria vida, tem-se tornado importante para romper os ciclos de pobreza, exclusão social e dominação enfrentados pelas mulheres. Tais efeitos não constam entre as metas centrais de programas habitacionais, contudo vão aparecendo ao longo de sua implementação como externalidades positivas.

Nesta pesquisa, buscou-se analisar o empoderamento alcançado pelas mulheres beneficiadas pelo Programa Lares – Habitação Popular com base na análise das dimensões desse processo. Foi possível constatar que o empoderamento (psicológico, social e político) das mulheres beneficiárias e das mutuárias foi expressivo, e a posse da casa reflete diretamente na autoestima e na autonomia, podendo, portanto, servir como parâmetro para futuras políticas que tenham como objetivo o empoderamento e autonomia das mulheres. Foi ainda possível observar *in loco* a grande satisfação das mulheres que receberam o benefício, as quais relataram melhoria na qualidade de vida e aumento do sentimento de segurança ao saberem que teriam um bem para deixar de herança para os filhos.

Os resultados, contudo, apontam o baixo grau de escolaridade das beneficiárias, mostrando-se a necessidade de conexão do PLHP com atividades educacionais e de geração de trabalho e renda, para a inserção das beneficiárias do PLHP no mercado de trabalho, para que esse processo ocorra em toda a sua amplitude, solidificando, assim, o empoderamento dessas mulheres.

8. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. D.; ANDRADE, L. A. G. D. **Habitação e poder da fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

BISQUERRA, R.; SARRIERA, J. C.; MARTÍNEZ, F. **Introdução à estatística**. Porto Alegre: Artmed, 2004. 255 p.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2008**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011.

_____. **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2002.

CHURCHILL JR., G. A. A paradigm for developing better measures of marketing constructs. **Journal of Marketing Research**, v. 16, p. 64-73, Fev. 1979.

COHAB-MG. Companhia Habitacional do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.cohab.mg.gov.br/mulheres>>. Acesso em: 15 Nov. 2015.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DRUMOND, A. M. **Análise do programa lares habitação popular do Estado de Minas Gerais a partir da perspectiva do policy cycle**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2014.

DRUMOND, A. M.; SILVEIRA, S. D. F. R.; SILVA, E. A. Predominância ou coexistência? Modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 3-25, Jan./Fev. 2014.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. 12th. ed. New Jersey: Pearson Education, Upper Saddle River, 2008.

FERNANDES, C. C. P.; SILVEIRA, S. F. R.; FERREIRA, M. A. M. Avaliação de Resultados e focalização de políticas habitacionais: investigação do programa carta de crédito associativo no município de Cajuri, MG. **APGS**, Viçosa, MG, v. 2, n. 1, p. 91-109, Jan./Mar. 2010.

FERREIRA, M. A. M.; ABRANTES, L. A.; PEREZ, R. Investigação de grupos estratégicos na indústria de laticínios por meio da abordagem multivariada. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 2, 2008.

FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J. Desempenho das cooperativas na indústria de laticínios do Brasil: uma abordagem por grupos estratégicos. **Revista de Administração da USP**, v. 42, n. 3, 2007.

FRIEDMAN, John. **Empowerment** – Uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras, SP: Celta, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estatística e Informações, 2013. p. 78.

GOMES, L. O. M. **Políticas de desenvolvimento de recursos humanos no Brasil: seus discursos e práticas na Reforma Administrativa do Plano “Brasil Novo”**. 1996.

Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

KERLINGER, F. M. **Foundations of behavioral research**. 2. ed. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1973.

KLINTOWITZ, D. C. Como as políticas habitacionais se inserem nos contextos de reformas do Estado? **A experiência recente do Brasil**, ano 14, v. 26, n. 3, 2011.

LEROY, R. S. D.; FERREIRA, M. A. M.; MOREIRA, N. C.; SILVA, E. A. Mobilidade social e empoderamento: a percepção das mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família em Minas Gerais. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 62, n. 4, p. 449-465, 2011.

MARICATO, E. Metrôpoles, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 151-167, 2003.

MAROCO, J. **Análise estatística com utilização do SPSS**. 3. ed. Lisboa: Sílabo, 2007.
MARTINS, G. A. Sobre confiabilidade e validade. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 8, n. 20, p. 1-12, 2006.

MINAS GERAIS. Decreto nº 44.168, de 6 de dezembro de 2005. Cria o Programa Lares – Habitação Popular – PLHP, no âmbito do Fundo Estadual de Habitação. **Minas Gerais Diário do Executivo**, p. 3, col. 1, 7 de dezembro de 2005.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão (Coord.). **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2007-2023**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão, 2007.

MOREIRA, S. V.; SILVEIRA, S. F. R.; REIS, F. N. S. C. Programa Minha Casa, Minha Vida: a percepção dos beneficiários como instrumento para avaliação. **Revista políticas Públicas & Cidades**, v. 2, n. 1, p. 74-95, Jan./Abr. 2015.

NABATCHI, T. **Deliberative democracy**: the effects of participation on political efficacy. 2007. Thesis (Doctor of Philosophy) – School of Public and Environmental Affairs, Indiana University, 2007.

NAILA, Kabeer. Gender equality and women's empowerment: a critical analysis of the third millennium development goal 1. **Gender & Development**, v. 13, n. 1, p. 13-24, 2005. DOI: 10.1080/13552070512331332273. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13552070512331332273>>.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Glossary of health promotion terms**. Geneva: World Health Organization/Division of Health Promotion, Education and Communications/Health Education and Health Promotion Unit, 1998.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais a complementaridade do SPSS**. 5. ed. Lisboa: Sílabo, 2008.

ROMANO, J. O. **Empoderamento e direitos no combate a pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid, 2002.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 136 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA JUNIOR, S. D.; COSTA, F. J. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e phrase completion. **PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing – Opinião e mídia**, São Paulo, v. 15, p. 1-16, Out. 2014. Disponível em: <www.revistapmkt.com.br>.

SMITH, K. B.; LARIMER, C. W. **The public policy theory primer**. [S.l.]: Westview Press, 2009.

SOARES, I. O. et al. Interesses especulativos, atuação do Estado e direito à cidade: o caso do Programa "Minha Casa Minha Vida em Uberaba" (MG). **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, p. 119-131, Jan./Dez. 2013.

ZORZI, Analisa. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao PRONAF Mulher em Ijuí-RS**. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.